



FOTOS TALITHA ARRUDA, ANDRESSA VILELA E MARCELA REIS

À esquerda assembleia na Praia; ao centro assembleia na porta da Reitoria e a manifestação do professor Hamilton Octavio de Souza, diretor da APROPUC; à direita o enterro simbólico da PUC-SP.

APÓS OCUPAÇÃO VITORIOSA DA REITORIA ESTUDANTES CONSEGUEM REUNIÃO COM A FUNDASP

Cerca de 400 estudantes ocuparam a reitoria na terça-feira, após uma assembleia, visto que há semanas o movimento estudantil exigia que a reitoria e a Fundasp marcassem uma auditoria pública. O pedido só foi atendido depois da negociação da comissão jurídica do movimento estudantil, o Padre Júlio Lancellotti, da Pastoral de Ruas e a juíza que está cuidando do caso, visto que o mandato de reintegração de posse e força policial foram deferidos.

Com a ameaça constante do uso de força contra a mobilização, os estudantes decidiram, em assembleia, que desocupariam o espaço caso conseguissem a principal reivindicação do movimento: diálogo. As notas da Reitoria à imprensa

acusavam os estudantes de depredação do espaço e pichações, reduziam todas as pautas do movimento a apenas “liberdade para festejar dentro do campus”. Os estudantes não se deixaram intimidar com as muitas ameaças vindas da reitoria, o que incluiu envio de vídeos das câmeras internas de segurança para os grandes jornais e ordem para os seguranças fotografarem todos os estudantes que entrassem e saíssem do espaço.

Na quinta-feira, 19/3, no final da tarde, os estudantes da PUC-SP conseguiram marcar uma reunião com a Fundação São Paulo na próxima terça-feira às 15h, na sede da entidade. Depois de três dias e duas noites de ocupação da reitoria e muita tentativa de

negociação, os estudantes, por intermédio da comissão jurídica do movimento estudantil e do Padre Júlio Lancellotti, conquistaram sua primeira vitória: uma reunião com o Padre Rodolfo Perazzolo. Não se sabe ao certo os moldes da reunião, mas provavelmente uma comissão de estudantes será tirada para comparecer ao encontro e negociar as reivindicações.

DESOCUPAÇÃO

O movimento vitorioso desocupou a reitoria em ato simbólico, onde caminharam até a sede da Fundasp e realizaram o enterro da PUC-SP. Com flores e velas, os estudantes gritaram palavras de ordem, convocando seus colegas para se unir ao ato, que terminou com retorno à universidade,

onde realizaram uma enorme assembleia dos estudantes para deliberar os próximos passos do movimento. Na sexta-feira pelo fim da tarde uma assembleia estudantil ocorreu, para deliberar novas formas de luta. O movimento dos estudantes recebeu o apoio da APROPUC que esteve presente às assembleias e enviou notas de solidariedade conclamando a Reitoria e a Fundasp ao diálogo. Também manifestaram apoio ao movimento o curso de Serviço Social da PUC-SP, o Coletivo de discentes do Pós-Graduação da PUC-SP, Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social Enesso, Grupo de Professores do curso de Psicologia entre outros apoios (veja textos na página 2)

Ocupação da Reitoria da PUC-SP

Na noite de terça-feira, 17/3, cerca de 400 estudantes da PUC-SP ocuparam a Reitoria da Universidade. Eles realizaram uma assembleia geral por volta das 19h e deliberaram pela ocupação.

A ocupação se dá após algumas semanas de mobilizações em que o corpo estudantil cobrou uma audiência pública com a Reitoria e Fundação São Paulo (Fundasp), mantenedora da PUC-SP, para que se abrisse um diálogo com a comunidade acerca da crise financeira da PUC-SP e os consequentes cortes no orçamento que re-

sultaram na demissão de professores e funcionários, além da retirada do subsídio do Restaurante Universitário - o preço do bandeirão subiu de R\$ 5,60 para R\$ 10,34. Os subsequentes aumentos no valor das mensalidades também foram citados nos atos e assembleias realizados desde o início das aulas.

Diante da recusa da direção da Universidade em comparecer diante à comunidade, esclarecer a causa dos problemas financeiros e abrir as contas da PUC-SP, o movimento criou uma comissão de

negociação para iniciar diálogo com a Reitoria.

As reivindicações do Movimento Estudantil da PUC-SP são:

- Volta do subsídio do bandeirão para todos os estudantes;
- Assembleia Estatuinte: Pelo fim da lista tríplice e do Conselho Administrativo (Consad);
- Creche para os filhos de estudantes, professores e funcionários;
- Audiência pública com a Reitoria e a Fundasp já;
- Reabertura de turmas nos cursos de Filosofia, Geografia, Servi-

ço Social, História e Ciências Sociais;

- Contra a precarização dos contratos de trabalho dos professores.

A comissão de comunicação deve soltar em breve um manifesto mais detalhado sobre as reivindicações e os próximos passos do Movimento.

São Paulo, 18 de Março de 2015.

Comissão de Comunicação da Reitoria Ocupada

Manifestação do grupo de professores da Psicologia

Um grupo de Professores do curso de Psicologia reunidos em 19-03-2015 manifestam sua preocupação com os acontecimentos envolvendo o movimento estudantil e declaram que:

- Entendem que são legítimas e próprias de espaços democráticos a organização e as ações em prol de reivindicações representativas do conjunto de estudantes;

- Reconhecem como pertinentes as pautas apresentadas pelo movimento estudantil relativas a questões vividas por todos hoje na PUC/SP;

- Repudiam os pronunciamentos autoritários e desqualificados a respeito do movimento estudantil. Discordamos da nota apresentada pela FUNDASP e pela reitoria que reduziu as reivindicações do movimento estudantil às demandas sobre a realização de festas nos domínios da universidade. Tendo em vista que tais demandas nem sequer foram reivindicadas por este movimento. Trata-se de um movimento político legítimo!

- Entendem que é fundamental o debate no seio da comunidade

de universitária sobre os rumos da PUC-SP e sobre projetos alternativos para nossa universidade;

- Entendem que o respeito aos diferentes segmentos (professores, estudantes e funcionários) e suas formas de organização e luta é fundamental para o fortalecimento das relações democráticas;

Nesse sentido, conclamam que se estabeleçam canais de diálogo e debate com vistas a enfrentar as questões reivindicadas pelo movimento:

- a necessidade de canais de diálogo verdadeiros e transparentes entre as várias instâncias da universidade. A começar pela fixação de data para a realização de audiência pública com os órgãos deliberativos da instituição;

- a sobreposição da instância administrativa à acadêmica, acarretando prejuízos à qualidade do ensino na universidade;

- os prejuízos envolvidos nas demissões de professores e funcionários a partir de critérios não transparentes e, no caso dos docentes, desconsiderando as instâncias acadêmicas competentes.

Grupo de Professores do curso de Psicologia da PUCSP

À Comunidade Acadêmica

Em quase 70 anos de vida a comunidade puquiana tem lutado pela manutenção da transparência, do diálogo, da acolhida, da discussão política, da produção e compartilhamento do conhecimento, do horizonte de justiça e igualdade.

Em tempos de ditadura militar, Nadir Kfourí recusou a mão do invasor da PUC-SP, deixando-nos o legado da autonomia, da liberdade, da preservação do espaço acadêmico, do campus universitário.

Hoje anunciam - se novos tempos de criminalização dos movimentos de professores, funcionários e alunos, submetidos ao autoritarismo que desenha um modelo

de educação que poderá formar jovens igualmente autoritários, sucumbidos pelo medo da punição, intra e extra muros. Será que a PUC-SP está adotando um novo modelo de educação, formador de jovens conformados, sem capacidade crítica? Os motivos alegados pela Reitoria indicam os temas que devem ser debatidos por toda a comunidade e que estão impregnados no tecido social, polêmicos, instigantes, complexos, prenes de possibilidades educativas e formadoras de sujeitos livres.

Retomemos a direção de nossa própria história! Com diálogo, sem polícia!

Professores do curso de Serviço Social - Março de 2015

Nota de apoio da APROPUC aos estudantes da PUC-SP

A diretoria da APROPUC vem a público manifestar sua total solidariedade ao movimento dos estudantes, que culminou com a ocupação pacífica da Reitoria na noite de 17/3, após várias tentativas de diálogo com os gestores da Universidade (Reitoria e Fundasp).

Apoiamos a pauta de reivindicações dos estudantes, centrada contra a mercantilização do ensino, contra o aumento abusivo e sucessivo das mensalidades, contra as demissões de professores e funcionários, contra a terceirização de funcionários, contra o fechamento de turmas e cursos, contra o corte no subsídio do bandeirão, a favor de creche para mães estudantes, contra a oposição à mobilização estudantil e contra a perseguição política de estudantes e de professores.

A APROPUC apela à direção e aos gestores da PUC-SP

para que evitem qualquer medida de repressão, radicalização e violência e repudia qualquer forma de criminalização, judicialização e uso de força, que não se coadunam com o ambiente universitário, especialmente na PUC-SP.

Lembramos que o verdadeiro patrimônio histórico da PUC-SP é a defesa dos princípios de liberdade de expressão, de manifestação e de valores democráticos, a pluralidade, o diálogo, o debate de diferentes posições, que devem ser resguardados e defendidos.

Conclamamos os professores a contribuam para uma resolução que seja a mais harmoniosa e pacífica para a comunidade universitária.

Não existe universidade sem estudantes. A PUC-SP não pode perder mais alunos por falta de diálogo!

Diretoria da APROPUC-SP

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Marcela Reis, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Atraso no Fies faz mantenedoras paralisarem negociação salarial

A nova política do governo federal que, para pagar a dívida da união, realiza cortes em setores vitais do orçamento, atingiu em cheio a educação do país, que poderá enfrentar uma crise sem precedentes.

Além de cortes nas verbas Capes, no ProUni, entre outras, as reduções inviabilizaram boa parte do Fies e estão provocando situações extremamente complicadas para os estudantes e as instituições de ensino.

Na última semana, além dos prejuízos causados aos estudantes, foram professores e funcionários das escolas particulares que foram diretamente afetados pelas medidas: é que com a falta de repasses do Fies as entradas de mensalidades nas escolas particulares começam a minguar, motivo para que as mantenedoras paralisem todo o processo de dissídio coletivo, alegando falta de verbas.

O índice que reajusta tradicionalmente os salários dos professores e funcionários é composto pela média de três indicadores que este ano atingiu o patamar de 7,41%. A este percentual normalmente são acrescidos valores que representam ganhos reais nos salários.

ROMBO DO FIES

Na PUC-SP o Fies, Fundo de Financiamento Estudantil, não representa valores tão elevados quanto em outras universidades particulares que têm uma dependência visceral do benefício. Apenas na PUC-SP cerca de 1090 estudantes deveriam renovar o benefício, além daqueles que ingressariam agora no sistema. Segundo Cleyde Canhadas, responsável pelo setor de Contas a Pagar, a PUC-SP não recebe os valores do Fies em dinheiro, mas sim em isenção de impostos como o INSS e o Imposto de Renda. Neste ano a isenção deveria atingir R\$ 52 milhões. Porém, até agora, somente foram recadastrados R\$ 22 milhões. Os alunos entram no site do Fies e recebem a informação de que a instituição esgotou sua dotação.

O governo federal adota um critério qualitativo, concedendo bolsas aos estudantes de cursos que obtiveram nota cinco, depois quatro e por fim três, na avaliação do MEC, excluindo boa parte dos alunos que já têm direito ao benefício. Além disso, é praxe do MEC autorizar o chamado aditamento do

plano no valor do reajuste praticado pela universidade. Neste ano, porém, o MEC autorizou somente o repasse da inflação, 6,5%. Como a PUC-SP aumentou em média 11,5% suas mensalidades resta um valor que, até agora, está sendo arcado pela instituição.

Segundo Cleyde, a PUC-SP tentou minimizar o problema abrindo um edital para mais 400 bolsas Fundasp. Porém essas bol-

sas são distribuídas segundo os critérios da filantropia que excluem boa parte dos interessados. A situação tornou-se dramática para muitos alunos que não têm recursos para continuar o curso na universidade, mas que terão que continuar pagando o Fies pelo resto da vida. Em cursos como Medicina, cuja mensalidade ultrapassa a R\$ 5000, a situação dos bolsistas Fies é desesperadora.

Vencimento e perspectiva de não renovação da apólice de seguro de vida dos empregados da PUC-SP gera preocupação

A APROPUC acompanha a evolução do assunto envolvendo a possível troca da seguradora responsável pela apólice de seguro de vida complementar de parte dos docentes e funcionários da PUC-SP.

A entidade recebeu com apreensão o comunicado da PUC-SP, dando conta do desinteresse da Bradesco Seguros S/A, atual seguradora, em renovar a apólice vigente, que expira no mês de maio.

De acordo com o Departamento de Benefícios da PUC-SP, a seguradora alega elevada sinistralidade e, consequentemente, crescente déficit para justificar sua decisão.

A assessoria jurídica da APROPUC já foi acionada para avaliar o impacto dessa questão para os docentes da Universidade que integram a referida apólice, caso o rompimento com a 'Bradesco Seguros' se confirme e a PUC-SP não apresente, em tempo oportuno, uma seguradora substituta que ofereça o mesmo padrão de cobertura ga-

rantido atualmente.

De acordo com a avaliação inicial de nossa assessoria jurídica, o seguro de vida é um benefício que quando concedido pelo empregador por longos anos, ainda que de forma espontânea, pode aderir ao contrato de trabalho dos empregados favorecidos, impedindo tanto a pressão quanto a eventual redução de seu alcance, que aqui significaria a diminuição dos atuais padrões de cobertura assegurados.

Esse entendimento se baseia no art. 468 da CLT, que repele modificações contratuais lesivas, assim consideradas todas aquelas que direta ou indiretamente possam caracterizar redução de direitos para o empregado.

Dessa forma, se o rompimento com o Bradesco for confirmado, a solução adequada para o impasse é a contratação de uma nova seguradora pela PUC-SP, garantindo a manutenção do padrão de cobertura assegurado pela apólice atual.

PROFESSOR,

Se você tem direito à dívida relativa ao dissídio de 2005 deve se cadastrar no endereço eletrônico

http://www.sinprosp.org.br/processos_cadastro_login.asp

Ao acessar a página, selecione a opção "PUC (Fundação São Paulo) (053/2010) - Reajuste 7,66%"

Fundasp confirma início do reajuste de 7,66% no salário de março

O secretário-executivo da Fundação São Paulo, padre João Julio Farias, informou que a incorporação do percentual de 1%, decorrente da primeira parcela da dívida de 2005, será atribuída ao pagamento referente ao mês de março para aqueles que não assinaram acordo com a Fundasp em 2010. No caso, para aqueles que assinaram o acordo, o valor que vem sob o título de vantagem pessoal no holerite passará a fazer parte da base salarial do docente.

Quanto ao pagamento da primeira parcela dos va-

lores atrasados da dívida, padre João Júlio informou que deverá acontecer já na segunda quinzena de abril. Vale a pena lembrar que só têm direito ao reajuste e aos valores correspondentes à dívida os professores que ingressaram na PUC-SP antes de fevereiro de 2005.

Já o dissídio deste ano, a Fundasp ainda não decidiu se adiantará uma parte antes de concluídas as negociações (como aconteceu em anos anteriores) ou se esperará até o final do dissídio (veja matéria na página anterior).

QUEM TEM DIREITO

Professores que não assinaram acordo individual	Professores que assinaram acordo individual
<p>1. Incorporação do reajuste de 7,66% aos salários docentes, da seguinte forma:</p> <p>a) Incorporação de 1,0% em março/2015;</p> <p>b) De março/2016 até março/2021, incorporação de 1,08% (*) ao ano, garantindo, de forma integral, a recomposição da base salarial.</p> <p>2. Em relação à dívida acumulada, o pagamento será realizado da seguinte forma:</p> <p>a) 4 parcelas iniciais de R\$ 600.000,00, pagas em abril, maio, junho e julho de 2015;</p> <p>b) 9 parcelas complementares, a partir de agosto/2015, de R\$ 213.000,00;</p> <p>Importante ressaltar que este montante, que será quitado em 13 parcelas, corresponde exatamente aos 60% pagos pela Fundasp nos acordos individuais, pois serão calculados sobre uma base mais abrangente (10 anos, e não apenas 05 anos, como ocorreu nos acordos individuais).</p> <p>A partir de abril/2016, e ao longo dos 04 anos subsequentes, a FUNDASP pagará parcelas mensais de R\$ 236.000,00, até a quitação total da dívida;</p> <p>Os valores devidos a partir de abril/2016, serão corrigidos anualmente, mediante a aplicação do INPC acumulado durante os 12 meses anteriores.</p> <p>Estima-se que o valor destinado à quitação integral do montante acima, para aproximadamente 170 docentes, represente R\$ 15 milhões</p>	<p>1. Incorporação do reajuste de 7,66 % aos salários docentes, da seguinte forma:</p> <p>a. Conversão de 1,0% de vantagem pessoal em incorporação no mês de março/2015;</p> <p>b. De março/2016 até março/2021, incorporação de 1,08% (*) ao ano, garantindo, de forma integral, a recomposição da base salarial.</p> <p>2. Em relação à dívida retroativa, o pagamento será realizado da seguinte forma:</p> <p>a) Após a quitação integral da dívida com os professores que não assinaram acordo extra-judicial, a Fundasp pagará 60 parcelas mensais de R\$ 236.000,00 a título de complementação.</p> <p>Este valor não representa a restituição integral das perdas, mas tão somente um acréscimo ao montante já recebido anteriormente.</p> <p>(*) A incorporação de 1,08% ao ano, durante o aludido período, será realizada de forma cumulativa, totalizando, ao final do período, o pagamento integral do correspondente a 7,66%.</p> <p>Estima-se que o valor destinado à complementação, para aproximadamente 900 professores, represente R\$ 15 milhões</p>

Em assembleia funcionários discutem processos e acordo interno

Reunidos em assembleia na sexta-feira, 13/3, os funcionários administrativos da PUC-SP analisaram as situações de seus processos contra a PUC-SP e a redação final do acordo interno.

Em primeiro lugar a diretoria da AFAPUC informou sobre o processo referente aos quinquênios, que está em fase de cálculos finais do perito do SA-AESP e deverá ser devolvido à Justiça nos próximos dias. Já quanto ao processo de 1997, movido em várias frentes pelos funcionários da PUC-SP contra a Fundação São Paulo, a diretoria informou que o processo que envolve cerca de 30 funcionários deverá ter uma proposta aos requerentes feita pela Fundasp. Porém, o outro desdobramento deste processo que envolve cerca de 100 funcionários ainda continua em tramitação na Justiça.

Em relação ao abono da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), conforme noticiado pelo PUCviva, a Justiça deverá se manifestar em 7/4. Porém, o secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, em reunião com a AFAPUC, afirmou que se não houver um pronunciamento da receita Federal a PUC-SP deverá recorrer até a última instância processual.

ACORDO INTERNO

O Acordo Interno dos Funcionários também foi aprovado por unanimidade e a única alteração feita com relação ao texto ante-

rior refere-se à comunicação que todo funcionário deverá fazer à DRH quando estiver a três anos de se aposentar e entrar no período de estabilidade previsto pelo texto.

Outra preocupação dos funcionários tem referência aos abonos de faltas, as chamadas portarias, que a AFA-PUC reivindicou que faça parte do texto do Acordo Interno, com redação igual à que consta no acordo de Sorocaba, ou seja, que sejam contempladas cinco faltas e que os critérios para a liberação sejam mais claros. Os funcionários entendem que se trata de uma alteração que não trará à universidade nenhum ônus financeiro e que por isto deveria entrar como um adendo ao Acordo Interno.

O secretário-executivo deverá examinar a questão nos próximos dias.

Durante a assembleia, o funcionário Ronaldo Martins fez um pronunciamento emocionado sobre a sua volta à universidade. Ronaldo, funcionário da Coordenação Geral de Estágios, havia sido demitido no início do ano, mas, como estava na fase pré-aposentadoria, foi readmitido pela instituição.

OVOS DE PÁSCOA

A AFAPUC informa também que durante os dias 23 a 27/3, entre 9 e 17h, estará realizando no campus Monte Alegre a sua tradicional promoção de ovos de Páscoa. Os funcionários terão descontos em 3 vezes na folha. A AFAPUC fica na Rua Ministro Godoy, 1055, telefone 3670-8208

Esclarecimento sobre a Assessoria Jurídica da APROPUC

Abaixo publicamos nota explicativa, enviada aos associados da APROPUC, sobre a substituição da Assessoria Jurídica da entidade.

Não é novidade para ninguém o processo de decomposição das relações de ensino e trabalho dentro da Universidade. A política implementada pela Fundasp tem provocado a redução do número de alunos, fechamento de turmas, turnos e cursos, o que tem provocado, consequentemente, demissões e redução dos contratos de trabalho. Considerando que o orçamento da APROPUC advém, exclusivamente, da contribuição associativa, que está relacionada com a faixa salarial dos professores, o processo de redução orçamentária da entidade tem sido também sucessivo. Com isso, a entidade se viu obrigada a fazer redução de custos.

Dentre as medidas adotadas para redução de gastos, a entidade optou, por exemplo, por publicar suas revistas eletronicamente, o que suprime os altos custos de impressão nas gráficas.

Relativamente à assessoria jurídica, a APROPUC possuía contrato de prestação de serviços com um escritório de advocacia com amplo escopo de atuação em favor dos associados. O escritório de advocacia promovia consultas e patrocinava causas das naturezas mais diversas: não só trabalhistas, mas de natureza previdenciária, causas cíveis (despejo, consumidor e família (divórcios, alimentos, guarda etc.)). Considerando a referida redução de recursos, a APROPUC resolveu trocar a assessoria jurídica por um escritório especializado que atua exclusivamente na área trabalhista e sindical.

Além da questão financeira, essa opção se mostra mais adequada aos objetivos e finalidades estatutárias da entidade, especialmente num momento tão crítico como o atual, em que as relações de trabalho têm sido constantemente atacadas (demissões arbitrárias, proibição de atribuição de aulas aos professores da carreira, tabelas salariais diferenciadas etc.), exigindo, com isso, a reorientação do foco de atuação da Associação dos Professores.

Para tanto, a entidade notificou, no final do ano passado, o escritório que então prestava assessoria jurídica, Noureddine Sociedade de Advogados, dizendo que o contrato, após 90 dias, não mais seria renovado por tempo indeterminado, o que permitia à entidade, ou renegociar os seus termos ou ainda procurar outro escritório. Após escoado o prazo, a entidade comunicou o escritório Noureddine Sociedade de Advogados que, daquele momento em diante, um novo escritório passaria prestar assessoria jurídica (China Faria Advogados). Nessa ocasião, os Diretores disseram que, para que não houvesse qualquer solução de continuidade dos serviços prestados, a entidade manteria a contratação do escritório Noureddine, em valores a serem discutidos, para que desse continuidade a todas as causas de natureza diversa da trabalhista, até que todos os processos chegassem ao seu fim. Relativamente às causas trabalhistas já iniciadas, deixou-se a critério da titular do escritório Noureddine a decisão de dar seguimento ou passar ao novo escritório, tendo em vista que muitas já se encontravam em fase final. Fricou-se, na oportunidade tam-

bém, que o escritório Noureddine esclarecesse se havia honorários pendentes, de modo a preparar a entidade para cumprir tais obrigações.

De maneira surpreendente, antes mesmo de dizer à Diretoria da APROPUC o que pretendia fazer em relação às causas de natureza diversa da trabalhista, o escritório Noureddine passou a comunicar professores de que suas causas, tanto trabalhistas como as de outras naturezas não seriam mais cuidadas por aquele escritório por decisão da APROPUC.

Como se vê, não foi correta a informação passada aos professores. As causas já iniciadas poderiam, sim, permanecer com o escritório Noureddine, se assim desejasse, mesmo porque a entidade se colocou à disposição para remunerar a continuidade dessa prestação de serviços.

Recentemente, na última sexta-feira, o escritório Noureddine comunicou a APROPUC de que não lhe era compensador manter apenas as causas de natureza não-trabalhista, sem a remuneração global do contrato, o que, obviamente, é um direito que lhe assiste, mas poderia ter sido informado antes.

Já solicitamos, em mais de uma oportunidade, que o escritório Noureddine nos informasse a relação dos processos de natureza não-trabalhista, a fim de que possamos, o mais rápido possível, verificar a possibilidade de outro escritório assumir tais causas sem prejuízo para os professores assistidos. Até o momento não recebemos relatório algum, o que nos tem impedido de procurar dar o encaminhamento necessário para essas demandas.

Considerando, porém, a forma como o escritório Nou-

reddine resolveu conduzir a transição da prestação de serviços, comunicamos aos professores o seguinte:

1) As consultas novas e ações trabalhistas novas já vêm sendo tratadas pelo escritório China Faria (pelo advogado Alexandre Cesar Faria), inclusive com o atendimento em plantões agendados na sede da entidade;

2) As causas trabalhistas que já estavam em andamento serão cuidadas também pelo novo escritório, sendo que já foram passados ao escritório Noureddine os dados para o substabelecimento dos poderes nos processos (para que haja efetiva mudança do patrocínio da causa perante o Judiciário);

3) Em relação às causas de natureza cível, família, consumidor e outras em andamento, foi solicitado ao escritório Noureddine a continuidade do patrocínio do escritório, mas considerando sua negativa, foi solicitado um relatório contendo o nome dos professores, os dados e documentos do processo (o que até o momento não ocorreu), a fim de que a entidade possa procurar um novo escritório, o mais rápido possível. Solicitamos aos professores que tenham causas dessa natureza, que entrem em contato com a entidade, pois, em caso de renúncia do advogado da causa, este fica responsável, pelo Estatuto da OAB, por 10 dias a contar da comunicação do ato.

Sendo o que nos cumpria informar, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Diretoria da APROPUC

GAUCHE NA VIDA

Três perguntas e três respostas breves sobre um domingo triste

Valerio Arcary

1. Qual foi o significado das manifestações do 15 de março?

O martelo da história pode ser cruel. Doze anos depois da eleição de Lula para a presidência, a fadiga do lulismo abriu o caminho para a reorganização de uma direita com base social ampliada na classe média. Aconteceu neste triste dia 15 de março a maior manifestação reacionária do último meio século. Muito grande e muito reacionária.

Convocada pela internet, originalmente, por grupos de uma nova direita e extrema direita, sem trajetória, ganhou repercussão pela divulgação favorável na mídia escrita e nas rádios e TVs. Recebeu apoio na véspera do PSDB, através de um vídeo improvisado de Aécio Neves. O giro do PSDB, in extremis, pressionado pela disputa de sua base social e eleitoral pela nova direita, sugere que a política de chantagem do principal partido de oposição burguesa pode ter mudado de tom.

Foi tão reacionária que a única comparação razoável remete às Marchas da Família com Deus pela Liberdade que antecederam o golpe de Estado de 1964. Desde o fim da ditadura as maiores mobilizações políticas de massas, ainda que de diferentes proporções, foram progressivas: as Diretas Já em 1984, o Fora Collor em 1992, e as Jornadas de Junho de 2013.

Embora as pesquisas divulgadas antes do dia 15 indicassem que o tema da corrupção seria a principal motivação para aqueles que pensavam ir aos atos, as palavras de ordem que encontraram maior eco foram,

inequivocamente, pela derrubada do governo Dilma.

Um projeto de golpe “a la paraguaia”, como foi a destituição de Fernando Lugo em 2012, seria uma saída reacionária para a crise política. Um impeachment de Dilma Rousseff realizado pelo Congresso Nacional recém-eleito, no contexto de uma campanha de ruas apoiada na mobilização do ressentimento da classe média, resultaria na posse de Michel Temer, e a formação de um governo de coalizão do PMDB, provavelmente, com o PSDB e DEM, que aproveitaria o mandato para iniciar uma onda de ataques antisociais brutais, um ajuste fiscal impiedoso, com sequelas recessivas imprevisíveis.

O conteúdo social e político das manifestações foi antedemocrático, antipopular e, em algumas parcelas, diretamente, anticomunista, e expressavam um ódio exacerbado contra o PT e, também, contra toda a esquerda. As faixas pedindo “intervenção militar”, os bonecos de Lula e Dilma enforcados, cartazes que se vangloriavam de que “comunista bom é comunista morto”, “queremos só Ministério Público e Polícia Federal”, a ameaça contra a vida de João Pedro Stédile, foram incontáveis os episódios lamentáveis.

Embora o impeachment tenha sido a principal palavra de ordem do 15 de março, as reações imediatas às manifestações não indicam que a política da burguesia em relação ao governo tenha se alterado. Não está prevalecendo, por enquanto, uma linha “venezuelana”. Os pesos pesados da classe dominante não estão apostando em boicotar a governabilidade. Tampouco esta é a política de Obama em Washington. Nas

vésperas do domingo, Dilma Rousseff recebeu reconfortante ligação de Joe Biden, e a confirmação de reunião durante a Cúpula no Panamá.

Ao contrário, parece mantida a linha de “todo o poder ao Levy”, enquanto no Congresso e nas TVs a oposição burguesa mantém uma retórica dura contra o governo. Por linha “venezuelana” devemos entender um projeto de campanha nas próximas semanas com novos atos para cercar o Congresso Nacional exigindo impeachment.

Mas a nova direita, apoiada nos exaltados da extrema direita, fortalecidos pelo sucesso do 15 de março, e pela adesão de última hora do PSDB, cedendo às pressões, insistirá na mesma tática. Já provaram que não podem ser subestimados. Tentarão novamente recolher nas ruas o sentimento de rejeição ao governo que cresce, sobretudo, na classe média.

Se a política burguesa dominante vier a mudar, a situação política será, evidentemente, distinta. A possibilidade de unidade de ação contra o impeachment estaria colocada, sem hesitações. Se e quando houver perigo imediato e real de golpe “a la paraguaia” toda a esquerda deverá se unir contra o impeachment. Mas a política tem os seus ritmos. O povo de esquerda deve ter sangue quente, mas manter a cabeça fria.

Portanto, enquanto a situação não mudar, não devemos ceder um milímetro à pressão governista. Manteremos nosso posicionamento: CUT, MST, UNE, Consulta Popular, rompam com o governo, unam-nos em defesa das reivindicações dos trabalhadores e da juventude. Nenhuma legitimação do governo.

2. Quem esteve nas ruas?

As manifestações do 15 de março foram um protesto hegemônico pelo ressentimento das classes médias. Em Porto Alegre, onde ocorreu uma das maiores mobilizações do país, foi publicada pesquisa sobre a composição social dos protestos: 40,5% dos entrevistados ganham mais de 10 salários mínimos, 31,9% de 6 a 10 salários, 22,7% de 3 a 5, e apenas 5% de 1 a 2 salários mínimos. Não parece implausível que esta composição social tenha predominado em todo o país. A corrupção foi, evidentemente, a centelha.

Mas o mal estar nos setores médios vem se acumulando há vários anos, e já tinha se expressado durante as eleições de 2014. A crônica insegurança da vida urbana, com elevação de taxas de roubos e assaltos, e a permanência de índices muito elevados de homicídios, alimenta um profundo descontentamento. O aumento dos aluguéis, dos planos de saúde, das mensalidades escolares, dos estacionamento, de todo e qualquer tipo de lazer, do imposto de renda, enfim, de todos os serviços, atinge duramente a classe média, que se resente por não receber quase nada em troca por parte do Estado.

A repercussão dramática da operação LavaJato, um escândalo de desvio de dinheiro público que supera em escala todos os anteriores, podendo atingir os US\$1 bilhão de dólares, inflamou a fúria da classe média. Isso não deve nos impressionar demasiado. O sonho de consumo da classe média é o de um governo honesto e técnico. Corresponde à sua visão do mundo uma ideologia meritocrática de

continua na próxima página

continuação da página anterior

que a desigualdade social não é em si mesma algo ruim, porque teria fundamentos "naturais". Por isso, a classe média é atraída pela ideia de um governo esclarecido, até de um déspota, se ele for esclarecido, e estiver cercado daqueles mais competentes para encontrar soluções boas para todos.

Acontece que a estagnação econômica, a pressão inflacionária, a desvalorização da moeda, as demissões em massa na indústria têm forte impacto, também, entre os trabalhadores. A classe média é muito heterogênea. Pode se dividir, se a classe trabalhadora entrar em cena com todo o seu peso social. Essa é a esperança. Uma parcela da classe média pode se deslocar para a esquerda.

3. Por que vai se agravar a crise política?

Existe uma tendência a aumentar a crise política do governo que está paralisado pela resistência organizada do bloco liderado por Cunha e Calheiros, apoiados pela oposição burguesa, no Congresso Nacional. A aposta da direção do PT e de Lula de rifar Pepe Vargas, convocar os sinistros Michel Temer e Eliseu Padilha do PMDB, e o espantoso Kassab para ajudar Aloisio Mercadante não será o bastante. Mudar a composição do núcleo duro do governo Dilma, incluindo uma parcela mais colaborativa do PMDB não corresponde à gravidade da crise depois do dia 15 de março.

Parece incrível que a única resposta do governo tenha sido uma defensiva avaliação de que o protesto foi uma mobilização de massas "legítima" e "pa-

cífica" e a exaltação da democracia. Não tiveram melhor ideia do que anunciar um pacote de medidas contra a corrupção. Ou seja, estão suplicando uma trégua para a classe dominante. Acontece que a crise vai se agravar, justamente, porque a operação Lavajato já atingiu, além do indefectível PP de Bolsonaro, ninguém menos que Cunha e Renan Calheiros do PMDB.

Novamente falam como saída a reforma política e um programa contra a corrupção, mas não há mais coesão na base governista no Congresso para apoiar qualquer saída. Ao mesmo tempo, a crise econômica se aprofunda, e os compromissos com o ajuste fiscal vão aumentando a insatisfação popular com o governo. Dilma e o seu governo de colaboração de classes, menos de cem dias depois da posse, tem a maioria

esmagadora da classe média na oposição, e resolve manter os ataques contra a classe trabalhadora e a juventude. Caminha para estar suspensa no ar.

A nova direita e a extrema direita tentarão voltar às ruas. E sabem que não podem esperar muito. A questão central, entretanto, é para onde irá o PSDB. Vai se unir na escalada promovida pela nova direita, apoiada no descontentamento da classe média, e apostar na possibilidade do impeachment? Ou recuará?

O lugar da oposição de esquerda deverá ser o de impulsionar, com firmeza e coragem, a mobilização social contra os ataques que atingem os trabalhadores e a juventude.

Valério Arcary é professor, escritor e integrante do PSTU.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Dia Nacional de Lutas do MTST acontece em todo país

Na quarta, 18/3, as diversas organizações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) protestaram em pelo menos sete estados do Brasil. São Paulo, Minas, Rio, Bahia, Paraná, Ceará e Paraíba foram palco do Dia Nacional de Lutas pela Reforma Urbana, organizado para reivindicar o lançamento imediato do programa Minha Casa Minha Vida 3, prometido pelo governo desde 2014, e recuo no ajuste fiscal. Para a presidenta Dilma Rousseff, o gover-

no está revendo o programa Minha Casa Minha Vida 3 devido à inadimplência. "O arrocho que está tendo não é sofrido pela elite, pelos ricos, mas por nós, os pobres. Nós não queremos intervenção militar, queremos intervenção popular", afirmou Maria das Dores, coordenadora do movimento.

A rodovia Raposo Tavares foi fechada no km 21 e a Régis Bittencourt foi interditada no km 269 do sentido sul. A capital paulista abarcou diversos atos em

pontos diferentes e a cidade foi pólo de resistência.

No Rio de Janeiro, o trecho do km 321 da Niterói-Manilha foi fechado por dezenas de manifestantes; já em Contagem (MG), cerca de 300 manifestantes fecharam os sentidos do trecho norte da BR-040, que liga Belo Horizonte a Brasília. Em Uberlândia os protestos ocuparam três pontos da cidade: BR-050 (que liga a cidade à Uberaba), BR-497 (ao Mato Grosso do Sul) e BR-452 (Itumbiara).

Professores da rede estadual de São Paulo entram em greve

Desde quarta-feira, 17/3, a rede estadual de ensino de São Paulo está em greve e conta com adesão de 30%, segundo o sindicato da categoria, Apeoesp. Os professores reivindicam melhores condições de trabalho, que englobem o desmembramento das salas superlotadas (que irá melhorar as condições para docentes e estudantes) e aumento de 75,33% para equiparação salarial com os demais profissionais com formação de nível superior, conforme estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE).

De acordo com a Apeoesp, a Secretaria da Educação fechou 3.390 classes (3.300 apenas de ensino médio) neste ano. Esse dado diz respeito a 73 regiões do estado. Turmas do ensino regular costumam ter 60 alunos por sala e as classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA) até 91 alunos. Além disso, o corte de gastos das escolas têm prejudicado muito o bem estar de estudantes, professores e funcionários.

Garis do Rio de Janeiro continuam em greve

Depois de uma audiência na Justiça do Trabalho, os empregados e a empresa que tem a concessão da limpeza das ruas da cidade, a Companhia de Limpeza Urbana do Rio (Comlurb), finalizaram a formalidade sem acordo. A greve dos garis que poderia ter acabado na quarta-feira, 18/3, se as reivindicações

tivessem sido consideradas, irá prosseguir no Rio de Janeiro.

De acordo com os garis, antes da reunião foi pedido reajuste de 40%, porém a Comlurb ofereceu 7%. A paralisação que começou dia 12 teve a adesão de metade dos empregados, que além de garis são trabalhadores de poda de

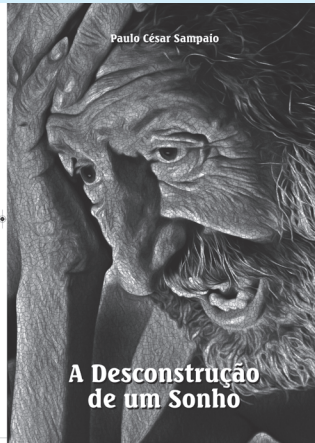
árvores e preparação de alimentos da rede municipal de creches e escolas.

Enquanto os garis publicaram uma carta pública, explicando os motivos da paralisação e pedindo apoio, a Comlurb implementou um plano de contingência e contratou empresas terceirizadas de limpeza.

ROLA NA RAMPA

Debate marca o lançamento de "Desconstrução de Um Sonho"

O livro "Desconstrução de um sonho", de Paulo César Sampaio, será lançado na quinta-feira, 26/3, às 19h na sede da APRO-PUC (Rua Bartira, 407). Com apresentação do presidente da entidade, João B. Teixeira da Silva, além dos debatedores Lúcia Pissolatti (PUC Campinas), Leonardo Massud (PUC-SP) e Carmem Silva M. Barros (USP), o livro trata do sofrimento imposto às pessoas que cometem delitos, por estarem com transtornos mentais, são absolvidas e cumprem suas absolvições em Hospitais de Custódia. Além de serem tratadas inadequadamente, são vítimas de abusos e maus tratos em um sistema que já foi comparado com a Sucursal do Inferno; o livro



busca também mostrar um caminho para um tratamento humanizado destas pessoas, com o objetivo de reinseri-las na sociedade em condições de viver com dignidade, conscientes de seus transtornos e sem colocar em risco a sociedade ou a sua vida. O livro possui

suas semelhanças com "O Holocausto Brasileiro", da jornalista Daniela Arbex, que versa sobre os maus tratos no Hospital Psiquiátrico de Barbacena, em Minas Gerais, e que já não existe mais - segundo o autor, "com a leitura deste livro, tem-se a esperança de que dediquem um mesmo olhar crítico para esta obra, que traz denúncias dos Hospitais de Custódia de São Paulo e, provavelmente, destes hospitais, em todo o Brasil". O evento tem apoio do Coletivo Tortura Nunca Mais, da Associação de Mães e Familiares de Presos e Presas do Estado de São Paulo, do Fórum Permanente dos Ex-presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, e da APRO-PUC.

Estudante processado cobra posicionamento da reitoria

Após a denúncia feita pelo estudante Cauê Ameni semana passada no PUCviva, a reitoria da universidade se manifestou, em nota, para esclarecer que "não há perseguição nem espionagem a seus alunos", além de citar que acionou a Secretaria de Segurança Pública unicamente pois o evento em questão fazia "apologia ao uso de drogas". Além disso, a nota pontuava que "Cabe ressaltar que o anúncio/convite do evento, mais do que um "evento satírico", como diz o ex-aluno, mencionava concretamente o uso livre de substâncias ilícitas e informava que ele seria realizado dentro de um dos campi da

PUC-SP (embora não houvesse autorização da Instituição)", o que, segundo a reitoria, justificaria a instituição informar as autoridades responsáveis e abrir processo contra os estudantes. Frente a isso, Caue publicou no blog Prainha Herald Tribute um artigo onde comprova as diversas punhaladas pelas costas dadas pela administração da universidade, inclusive mostrando a pressa da reitoria em entregar os nomes dos estudantes à polícia, antes sequer de abrir uma sindicância interna para apurar cuidadosamente os fatos. Confira o artigo completo de Cauê no link <http://wp.me/p4BZLR-4r>.

Lançamento de livro sobre Jornalismo Cultural

Na segunda-feira, 23/3, a partir das 18h, ocorre o lançamento do livro "Jornalismo ainda é Cultura", dos jornalistas Willian Corrêa e Ricardo Taira, onde

o professor-doutor Antonio Corrêa de Lacerda é um dos colaboradores. O evento acontece no Teatro Eva Herz, da Livraria Cultura da Avenida Paulis-

ta, a partir de 18h. O professor Lacerda é coordenador do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP.

Nota do CAFIL aos estudantes

Os membros do Centro Acadêmico de Filosofia redigiram uma nota à comunidade puquiana avisando da nova manobra autoritária da reitoria: manter estudantes presos no campus após o fechamento dos portões. Segundo a nota, "a Reitoria da PUC-SP aprisiona pessoas em seu campus. De supetão mandam trancar tudo, apagam tudo e os seguranças ou porteiros somem - tudo acontece com rapidez incrível e sem qualquer aviso - de supetão; e lá pessoas ficam aprisionadas por 8-12 horas passando todo tipo de necessidade física-fisiológica", e aponta que estudantes pulam o portão desesperados por uma solução. O texto ainda cita que estudantes com doenças crônicas como diabetes e asma podem ter complicações ao ficarem trancados por longos períodos sem seus cuidados diários. O CA instruiu os alunos aprisionados no campus Monte Alegre a que acionem o Corpo de Bombeiros pelo número 193.

Encontro com profissionais de Mídias

Na segunda-feira, 23 de março, a partir das 14h na sala 239, acontece o encontro "Territórios Multimidiáticos", voltado principalmente aos profissionais de Comunicação Social. Com abertura às 14h e a primeira palestra em seguida, Rodrigo Gontijo trará ao debate assuntos como documentários, live cinema e trabalhos autorais. Após intervalo, Renato Oliveira Batata discutirá a produção de curta metragens.